

# **Empresariado e ditadura: contribuições para uma análise de longo prazo do processo de neoliberalização brasileiro (1967-1978)\***

*Private companies and dictatorship: contributions to a long term analysis of the brazilian neoliberalization process (1967-1978)*

**Julio Cesar Pereira de Carvalho\*\***

## **Resumo**

Algumas das marcas mais indelévels do processo de neoliberalização brasileiro se manifestaram através do receituário privatista, conjugado às políticas de incremento à acumulação financeira. Tendo isso em vista, através de um levantamento bibliográfico, este estudo objetiva realçar a relação do empresariado na ditadura com elementos que não eram proeminentes no período autoritário, mas que viriam se tornar centrais com a liberalização dos anos de 1990. A partir de casos relacionados à indústria de base, aos bancos e ao setor automotivo, constataram-se expressivos vínculos entre essas frações da classe dominante, as *finanças* e os preceitos do livre mercado. Com base em tais pontos analíticos pretende-se contribuir para uma abordagem de longo prazo do processo de neoliberalização brasileiro.

**Palavras-chave:** ditadura brasileira; empresariado; neoliberalismo.

## **Abstract**

*Some of the most indelible marks of the Brazilian neoliberalization process were manifested through the privatist prescription, combined with policies to increase financial accumulation. With this in mind, through a bibliographic survey, this study aims to highlight the relationship of the business community in the dictatorship with elements that were not prominent in the authoritarian period, but that would become central with the liberalization of the 1990s. From related cases to the capital goods industry, banks and the automotive sector, there were significant links between these fractions of the ruling class, finance and the precepts of the free market. Based on these analytical points, it is intended to contribute to a long-term approach to the Brazilian neoliberalization process.*

**Key-words:** *Brazilian dictatorship; business community; neoliberalism.*

---

\* Agradeço aos valiosos comentários de Pedro Henrique Pedreira Campos e às recomendações dos pareceristas anônimos. Ressalto, no entanto, que não lhe cabem qualquer responsabilidade sobre o texto aqui apresentado.

\*\* Bacharel em Relações Internacionais (UFRRJ), mestre em Ciências Sociais (UFRRJ) e doutorando em História (UFF). A pesquisa conta com auxílio financeiro do CNPq.

## Introdução

No decurso da ditadura brasileira (1964-1988), os empresários não se portaram apenas como mais uma das bases sociais do período, tendo papel passivo ou de simples apoio às políticas vigentes. Mais do que isso, este segmento da sociedade civil se conformou enquanto ente estruturante do período autoritário, juntamente às Forças Armadas, participando de maneira orgânica e ativa desde o preparo do golpe de 1964 até a consolidação e fluência do regime.

O autor que demonstrou esse aspecto empresarial-militar da época de forma mais sistematizada foi René Armand Dreifuss, a quem este estudo é tributário, inserindo-se no cabedal analítico que toma os preceitos deste autor como pressupostos basilares. No livro intitulado *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, Dreifuss (1981) averiguou a atuação do empresariado no preparo, mobilização e conflagração do golpe de 1964. Constituindo pesquisa seminal no campo de estudos sobre ditadura e classes dominantes, sua obra aborda essa temática a partir de análise detida da ação empresarial por meio do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES).

Composto por militares da Escola Superior de Guerra (ESG) e pelas frações da burguesia atreladas ao capital transnacional, o IPES teve papel fundamental na desestabilização do governo João Goulart, fazendo campanhas através de filmes, livros e propagandas por todo o país (Dreifuss, 1981). Com a conflagração do golpe, muitos atores atrelados ao Instituto passaram a ocupar postos importantes na estrutura político-institucional do regime. Apenas para evidenciar alguns exemplos emblemáticos nesse sentido, podem-se destacar os ministros da Fazenda, da Indústria e Comércio e do Planejamento, Octávio de Gouveia Buhlões, Paulo Egydio Martins e Roberto Campos, respectivamente (Dreifuss, 1981, pp. 425-426).

Nos últimos anos, influenciados pela obra de René Dreifuss, diversos autores e autoras têm se dedicado a averiguar o vínculo orgânico entre Estado e segmentos empresariais durante a ditadura. Dentre eles, pode-se destacar a pesquisa de Pedro Henrique Pedreira Campos (2014), que aborda as múltiplas formas de organização e o fortalecimento das empreiteiras de obras públicas com o regime; a tese de doutorado de Elaine Bortone (2018), que aprofunda a investigação sobre o IPES, enfatizando a relação da entidade com a dinâmica das empresas estatais e da indústria farmacêutica; o estudo de Ana Carolina Reginatto (2019), que trata da atuação dos grandes grupos de mineração no período; entre muitos outros<sup>1</sup>.

No bojo das pesquisas que conferem centralidade ao entrelaçamento entre os empresários e a política na ditadura, o estudo aqui proposto visa contribuir

<sup>1</sup> Para uma um balanço mais apurado sobre as pesquisas acerca dos empresários na ditadura, ver: Campos (2018).

para uma abordagem de longo prazo do processo de neoliberalização no país. A partir dos casos da indústria de base, dos bancos e do setor automotivo serão evidenciados alguns episódios acerca da relação entre essas frações de classe, as *finanças*<sup>2</sup> e os preceitos de livre mercado.

Baseado nesses pontos analíticos, o estudo visa fornecer aportes que auxiliem na corroboração da hipótese de que alguns valores e dinâmicas que compuseram o cerne do neoliberalismo no Brasil já estavam sedimentados no período da ditadura, ainda que não de forma elementar. Em termos temporais, embora o texto não siga uma cronologia linear, serão retratados episódios que abrangem desde a intensificação da centralização e concentração bancária a partir da ascensão de Delfin Netto na Fazenda, em 1967, até a contraposição formal de frações empresariais ao governo Geisel, na segunda metade da década de 1970.

Perspectivas semelhantes à aqui proposta já foram retratadas em estudos de autores como Monica Piccolo de Almeida (2014) e Hernán Ramírez (2020). A primeira, como será mais bem abordado no decorrer do texto, identificou que, já na ditadura, é possível perceber a formação de uma ampla agenda privatizante, visto que as estatais foram instrumentalizadas como forma de combate à inflação do período. Ramírez (2020) retrocede mais em termos temporais e averigua documentações que realçam o vínculo entre atores e entidades transnacionais de evidente cariz neoliberal, o IPES e suas congêneres na América Latina.

Em termos gerais, o neoliberalismo aqui não é compreendido apenas como um conjunto de ideologias. Concordando com Alfredo Saad-Filho e Lécio Morais (2018), o sistema de acumulação capitalista eivado pelo neoliberalismo se caracteriza pelos seguintes fatores:

financeirização da produção, da ideologia e do Estado; integração internacional da produção (“globalização”); um papel proeminente do capital externo na integração global da produção e na estabilização do balanço de pagamentos; e uma combinação de políticas macroeconômicas baseada em políticas fiscais e monetárias contracionistas e em metas de inflação, na qual a manipulação das taxas de juros se torna a principal ferramenta de política econômica (Saad-Filho; Morais, 2018, p. 97).

<sup>2</sup> A concepção de “finança” aqui abordada, baseada em François Chesnais (2010), é designada como as classes e instituições especializadas na centralização do dinheiro “inativo”, que mobiliza estes em empréstimos ou títulos através dos fundos de pensão, *mutual funds*, das empresas de seguro e dos maiores bancos. Essas operações não se restringem aos agentes atuantes nos ramos estritamente financeiros, mas pode vir a abarcar, também, o empresariado do ramo juridicamente produtivo (Chesnais, 2010).

No que tange à consagração do neoliberalismo enquanto programa de governo no Brasil, os preceitos de redução do Estado e do livre mercado foram consubstanciados nas privatizações, que se conformaram como um dos principais corolários desse processo. Instituídas sobre a retórica de restringir os gastos do Estado e atenuar as disparidades da dívida pública, foram vendidas, de 1991 a 2002, 165 empresas estatais, sendo o maior número das vendas efetuado durante as gestões de Fernando Henrique Cardoso (Brandão, 2013, p. 240). Como resultado das desestatizações, pode-se perceber um acirramento na centralização e concentração de capitais, com o surgimento de grupos econômicos financeiros, que perfilaram sua dinâmica de acumulação junto à Bolsa de Valores.

Ademais, a década foi demarcada pela elevação das frações financeiras a uma posição privilegiada em relação aos demais atores econômicos. Isto porque a configuração contracionista do regime monetário – com taxas de juros exorbitantes a fim de conter a inflação e atrair moeda conversível – conformou o primado da dominância das classes rentistas. Os ativos do mercado financeiro e a remuneração dos títulos públicos se tornaram o *locus* privilegiado de acumulação de parte considerável da classe dominante. Esta, por sua vez, se mobilizava política e ideologicamente para manter a configuração econômica que angariou um de seus principais objetivos, a contenção da inflação. Por outro lado, o receituário implicou perdas de direitos e precarização das classes trabalhadoras, sucessivos déficits fiscais e um agravamento do endividamento dos setores públicos (Filgueiras, 2000; Varaschin, 2018).

Para realçar que as nuances desses aspectos não surgiram repentinamente na década de 1990, será estabelecido uma revisão na bibliografia para extrair elementos acerca dessa temática. Na primeira seção, será efetuada uma sucinta abordagem sobre o arranjo empresarial durante o governo de Ernesto Geisel. Serão elencados fatores que explicitam o estreitamento dos laços entre os industriais e o Estado através das medidas emanadas a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Por fim, a seção encerrar-se-á destacando alguns fatores que implicaram o desgaste dessa relação, sendo o princípio da livre iniciativa um dos quesitos elementares desse imbróglio.

A próxima etapa deste trabalho abordará a situação dos bancos junto ao projeto de conglomerado do regime para, por fim, frisarmos o desempenho da indústria automobilística durante a ditadura na parte final. Realçando fatores que abrangem o período do governo Castelo Branco até a fase final do governo de Ernesto Geisel, serão destacados, nessas últimas seções, dois episódios que evidenciam a importância da dinâmica financeira para esses segmentos do empresariado à época.

### **O empresariado brasileiro no governo de Ernesto Geisel: o abalo dos interesses industriais e a invocação do livre mercado**

Ainda que a presente seção se concentre em expor algumas das divergências entre segmentos da burguesia e o governo de Ernesto Geisel, é importante ressaltar que, no decurso do regime, desacertos desse tipo não foram novidade deste período. Como bem salienta Elaine Bortone (2018, pp. 489-532), já durante a gestão de Castelo Branco muitas das parcelas empresariais que, inclusive, participaram na articulação do golpe de 1964 via IPES, manifestaram-se abertamente contra algumas das medidas da ditadura. Notabilizou-se, nesse sentido, a contraposição de frações de caráter local frente às ações governamentais que privilegiavam o capital internacional ou a este associado. Talvez uma das grandes diferenças entre tais embates e aqueles que ocorreram a partir de meados da década de 1970 tenha sido que estes últimos estavam imbuídos mais enfaticamente em um contexto de crise sistêmica do capitalismo, e foram conjugados a práticas e ideias que caracterizaram aquilo que viria a conformar o cerne do receituário neoliberal nos anos de 1990. Uma das tônicas desse imbróglcio se manifestou através da invocação da livre iniciativa, conforme ver-se-á a seguir.

Em um cenário de crise econômica internacional, deflagrada devido ao choque do petróleo de 1973, a estratégia econômica do governo de Ernesto Geisel estabeleceu diretrizes pautadas em agir em três grandes frentes: manutenção do crescimento, equilíbrio das contas externas e contenção da inflação. Na perspectiva de Carlos Lessa (1988), ainda que o Plano obtivesse, em sua retórica, o intuito de superar as consequências deletérias da crise mundial, sua execução, a princípio, buscou demarcar uma estratégia para alçar a economia brasileira ao nível de potência, concentrando esforços para aprimorar os setores industriais brasileiros (Lessa, 1988, pp. 91-93).

A principal razão que implicou o fracasso do Plano, para Lessa, consistiu na incongruência entre sua estratégia e as articulações estruturais que a embasavam. Ou seja, o regime supôs que a empresa estatal serviria como instrumento que erigiria a indústria de base como setor proeminente, ignorando ou não percebendo que o plano, na verdade, era subordinado e consentido pelo *grande pacto estrutural* que fundamentava as relações econômicas no período (Lessa, 1988, pp. 115-116). Este pacto era composto, em linhas gerais, por uma frente de interesses capitaneada pelos setores da engenharia e da indústria de construção civil, concomitante aos investimentos de determinadas empresas estatais.

Tais segmentos se articulavam com as diversas frações da indústria fornecedora de materiais, por um lado, e, por outro, o considerável nível de empregabilidade dos setores da construção contribuía para aquecer a demanda por bens de consumo duráveis (Lessa, 1988, pp. 138-148). Para Lessa, as contradições dessa estratégia que pretendia privilegiar uma fração empresarial alheia ao *pacto estrutural* implicaram a derrocada do II PND já em 1976, sendo o expoente desse

fenômeno as diversas declarações e contraposições dos empresários industriais em relação à política econômica e ao regime então vigente (Lessa, 1988, pp. 115-125).

Contrários às teses de Carlos Lessa, Antonio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza (1985) enaltecem as prerrogativas e políticas implementadas a partir do II PND, afirmando que as autoridades elaboraram o Plano inclinadas a intensificar a política de financiamento, em detrimento do ajustamento. O primeiro, que tinha como condição necessária a tomada de recursos no mercado internacional, consistia na preferência por “evitar as dificuldades e sacrifícios que há de enfrentar-se para que a economia se adapte às novas circunstâncias” (Castro; Souza, 1985, p. 27). As políticas de ajuste, de modo contrário, consistiam no preparo da economia às novas condições, o que implicaria a utilização das políticas fiscal e monetária para desaquecer a economia (Castro; Souza, 1985, p. 28).

Diferentemente de Lessa, Castro e Souza (1985) afirmam que a estratégia do governo Geisel consolidou diretrizes para combater as vicissitudes do choque do petróleo, encetando políticas que visavam investir no fomento à produção de insumos básicos juntamente ao desenvolvimento de uma “moderna economia industrial” (Castro; Souza, 1985, pp. 31-32). Assim, Castro e Souza (1985) preco- nizam tais políticas, exaltando seu arrojo por intentar alterar o segmento prioritário da economia do país até o momento. Isto implicava a marginalização dos setores de bens de consumo duráveis, que estavam na alçada do capital multinacional, em benefício da indústria de base<sup>3</sup>. Desse modo, os autores concluem que, mais do que instituir medidas de financiamento, que teriam impactos efê- meros, “o II PND se propunha a superar, conjuntamente, a crise e o subdesenvol- vimento” (Castro; Souza, 1985, p. 33).

Em suma, Castro e Souza (1985) defendem que o II PND foi importante para cancelar a reversão cíclica que se anunciava após o primeiro choque do pe- tróleo, para manter o crescimento da economia dos anos 1970, bem como para consolidar a transformação de grande parte da estrutura produtiva perscrutada pelo Plano. Ou seja, seus resultados foram de caráter duradouro e estrutural e, para corroborar tal afirmativa, os autores vinculam os superávits na balança co- mercial dos primeiros anos da década de 1980 ao legado da estratégia encetada em 1974. O quesito condenável no período, portanto, era o caráter autoritário do regime então vigente, que entravou o respaldo político e a participação social na elaboração do Plano ora constituído (Castro; Souza, 1985, pp. 46-47).

<sup>3</sup> Indústria de base, indústria/setor de bens de capital e indústria de bens de produção são tratadas aqui como sinônimos. Conforme constava no estatuto da Associação Brasileira para o Desenvolvi- mento da Indústria de Base (ABDIB) à época da ditadura, esse ramo da economia é considerado como as indústrias que atuam nos segmentos de “energia elétrica; siderurgia e metalurgia; petró- leo, petroquímica, química, álcool e alcoolquímica; celulose e papel; cimento e mineração; ferro- viária, naval e fabricantes de bens de capital sob encomenda para essas mesmas atividades” (*apud* Cruz, 1995, p. 19).

Em relação à percepção subjacente de ambos os autores acerca da interação entre Estado e sociedade, nota-se certo descolamento orgânico entre essas duas *arenas*. Como foi possível perceber, Lessa, embora considere fundamental a existência de um *pacto estrutural* dos empresários para manutenção ou insucesso da política econômica vigente, não concede centralidade às articulações e à ação coletiva dos segmentos da classe dominante naquele contexto. Essa abordagem sugere certo apartamento estanque entre as políticas e os segmentos sociais da ocasião. Castro e Souza, por sua vez, endossam o argumento do Estado sujeito, afirmando que “o Estado surge na estratégia de 74, inegavelmente como sujeito – mas o objeto é, antes que nada, a economia, ou se quiser, o mercado” (Castro; Souza, 1985, pp. 45-46), defendendo que a falha fundamental da estratégia foi o fato de o Estado ser, também, sujeito no plano político (Castro; Souza, 1985, p. 46).

Na seara de estudos sobre política econômica dos anos de 1970, o cientista político Sebastião Velasco e Cruz (1997) talvez tenha sido o único autor da época a despender esforços para instituir uma categorização do Estado. Perspectiva particularmente cara ao estudo aqui proposto, o autor considera fundamental a conformação e os atritos entre os segmentos sociais e a reprodução destes no âmago das políticas estatais.

O II PND é percebido por Cruz (1997), portanto, pela perspectiva de seu amparo empresarial. Avalizando o entendimento de Lessa de que o fracasso do Plano se deu pelas incongruências entre a estratégia e suas articulações estruturais, o autor chama atenção para as fricções entre as agências do próprio Estado, sendo estas, por sua vez, concebidas como resultantes de processos de choque e ajustes entre interesses societais heterogêneos (Cruz, 1997, p. 89).

De acordo com a perspectiva estabelecida por Cruz (1997), o planejamento econômico instaurado a partir de 1974 demarcou uma acentuada inflexão frente à conformação do empresariado atuante no país nos anos iniciais da ditadura. O período de 1964 a 1968 foi permeado pela proeminência do capital estrangeiro e associado, sendo o setor de bens de consumo duráveis o mais dinâmico dentre os demais (Bandeira, 1974, pp. 97-113). Em contrapartida, Ernesto Geisel, através de um modelo de gestão mais centralizado<sup>4</sup>, procurou intensificar a mudança que já ocorria no governo anterior. Foi instituída, então, uma tentativa de alteração no padrão de industrialização brasileiro, de modo a reordenar a política

<sup>4</sup> Ernesto Geisel afastou a figura do “superministro”, como aquela percebida no ministro da Fazenda da gestão anterior (Delfim Netto), por exemplo. A partir de 1974, foi levada a cabo uma reconfiguração ministerial que encurtou a alçada dos ministérios e acentuou a centralização decisória. Além disso, os órgãos estaduais e municipais se tornaram meros entes executivos do poder central. Nesse sentido, destacam-se medidas como a centralização dos proventos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) em janeiro de 1975, que coibiu a autonomia legislativa estadual ou, ainda, a centralização a nível federal dos financiamentos de grandes empreendimentos que estavam na atribuição dos bancos de desenvolvimento estaduais (Lessa, 1988).

industrial, privilegiando os setores de insumos básicos e de bens de capital, em detrimento do segmento produtor de bens de consumo duráveis. Foi a ênfase nesses nichos, em compasso com a proteção e incentivo à indústria privada nacional, que deu boa parte do tom do II PND (Mendonça, 1986, pp. 102-103).

Entidade central para a consecução dos objetivos do Plano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi mobilizado estrategicamente para viabilizar e financiar as empresas brasileiras. Já em 1974, através da Lei Complementar nº 19, os recursos do PIS/Pasep foram direcionados da Caixa Econômica Federal (CEF) para a administração do Banco, o que duplicou sua capacidade financeira. Além disso, foi criada uma série de subsidiárias para que a entidade participasse e concedesse investimentos a empresas nacionais, como a Investimentos Brasileiros S.A (Ibrasa), Financiamento de Insumos Básicos S.A. (Fibase), Mecânica Brasileira S.A (Embramec), além do já existente Fundo de Investimento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (Finame) (Silva, 2003).

Em 1974, respaldando a proposta do II PND, toda a composição de tais subsidiárias era preenchida por representantes do setor privado nacional ou de entidades estatais. Os empresários vinculados à indústria de bens de capital tiveram papel relevante na instituição, sobretudo no tocante à composição da Embramec, ocupando 4 das 8 cadeiras: Paulo Villares (Indústrias Villares), Cláudio Bardella (Bardella Indústrias Mecânicas), Giordano Romi (Indústrias Romi) e Luís Eulálio Bueno de Vidigal (Cobrasma). Os demais representantes da Embramec eram Benedicto Fonseca Moreira (Cacex), Haroldo Ramos da Silva (Petrobrás), Luís Verano (Codesic) e Mauro Moreira (Eletrobrás) (Brandão, 2007, pp. 8-9). A disposição do quadro de membros do BNDE, entidade fundamental para conceder créditos subsidiados de longo prazo para as empresas, configura um caso evidente de ampliação do Estado, nos termos de Antonio Gramsci<sup>5</sup>.

No que tange aos desembolsos do BNDE ao segmento privado, a partir do levantamento efetuado por Carlos Lessa (1988, pp. 84-85), destaca-se a expressiva elevação de seus investimentos na indústria de base, como se pode notar a partir do incremento dos recursos para o Finame, bem como para o ramo de máquinas e equipamentos. Ainda que a maior parte dos recursos tenha sido destinada à fração produtora de insumos básicos, é válido ressaltar que parte majoritária desse setor era composta por empresas estatais, como a Petrobras e suas

<sup>5</sup> O Estado, pela abordagem de Antonio Gramsci (2000), é pensado em sua forma integral, ou seja, ele é caracterizado pela coadunação entre sociedade política e sociedade civil, sendo ambas organicamente embrenhadas, ainda que de forma complexa e contraditória. Nas palavras do autor, "por 'Estado' deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho 'privado' de hegemonia ou sociedade civil", afirmação esta que expressa uma contraposição às perspectivas que concebem as dinâmicas entre organismos privados (como as empresas e suas organizações) e as instituições formais do Estado como relações estanques, distantes ou apartadas (Gramsci, 2000, pp. 254-255) (ver também Mendonça, 2014).



subsidiárias, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Vale do Rio Doce, dentre outras, que eram as principais demandantes das indústrias locais. Logo, o intento de Geisel de expandir o segmento de insumos básicos com uma perspectiva econômica voltada a priorizar as empresas sediadas no Brasil não teria sentido se não houvesse o fortalecimento da indústria de base, que era dominada pelo setor privado de origem nacional (Lessa, 1988, p. 85).

A relação entre o empresariado industrial e o governo Geisel, no entanto, começou a se desestabilizar a partir de 1976, quando passou a haver críticas em relação à estatização. Uma das inspirações desse movimento foi o posicionamento de Eugênio Gudín, que vinha expondo contraposições ao Estado pelo menos desde seu discurso no recebimento do prêmio “Homem de Visão”, da revista Visão, dois anos antes.

Na exposição efetuada por Adriano Codato (1995) em sua dissertação de mestrado, que viria a ser consubstanciada em livro dois anos depois (Codato, 1997), fica patente alguns dos principais atores e conteúdos dessa campanha ocorrida em 1976. Na esteira argumentativa de Eduardo Gudín, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) criticava a forte participação estatal em diversas áreas econômicas, com o adendo da afirmativa de que a falta de estímulo do Estado ao revigoramento do setor privado poderia instituir um sistema produtivo de caráter “socialista”. Jorge Gerdau Johanpeter, do grupo Gerdau, e Celso Lafer, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), engrossaram o coro da mobilização, criticando a alta centralização do crédito público na alçada do Estado, sobretudo aquele oriundo do BNDE e do Banco do Brasil (Codato, 1995, pp. 239-241).

A indústria de base também se manifestou através de um de seus principais representantes, Cláudio Bardella, da indústria mecânica Bardella e presidente da ABDIB. Talvez por ter assento e ascendência nas subsidiárias do BNDE, como aqui já exposto, o empresário não criticou a centralização do crédito nas mãos do Estado. Endossando argumentos que também eram caros aos demais expoentes da campanha, Bardella reivindicou maior participação direta do setor privado nas instâncias de decisões governamentais, como os Conselhos de Desenvolvimento Industrial (CDI) e de Desenvolvimento Econômico (CDE) (Codato, 1995, pp. 242-243).

Em 1977, outro conjunto de mobilizações foi demarcado pela adesão do empresariado à bandeira do *livre mercado*<sup>6</sup>. Declarações de José Papa Jr., então presidente da Federação Comercial do Estado de São Paulo (Fecomércio), Einar

<sup>6</sup> Como realça Velasco e Cruz (1995), nesse episódio, uma das palavras de ordem dos empresários era a invocação da *democracia*. Entretanto, a mobilização deste princípio não estava atrelada à consolidação de um conjunto de liberdades e direitos políticos/sociais assegurados por meios constitucionais, mas se remetia a uma ideia de livre mercado.

Kok, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), e do vice-presidente da ABDIB, Henrique David da Sanson, enfatizaram a necessidade de se alcançar a “normalidade democrática” e fomentar arranjos mais participativos na atividade política (Codato, 1995, pp. 247-248).

Dois eventos foram emblemáticos nesse sentido. O primeiro deles foi a IV Conferência Nacional de Classes Produtoras (CONCLAP), que ocorreu em novembro de 1977. Na ocasião, foi sublinhada, pelos empresários, a necessidade de institucionalizar o diálogo entre o governo e as empresas privadas, conformar as bases de uma “economia de mercado”, assim como a descentralização da economia. Mas o auge desse processo se deu com a elaboração do “Manifesto dos Oito”, em junho de 1978, conflagrado pelos oito dos dez empresários mais representativos segundo indicação da própria classe. Em linhas gerais, o manifesto defendia o sistema de livre iniciativa e a economia de mercado, afeiçoado por instituições capazes de garantir a “liberdade política” (Codato, 1995, pp. 249-251; Cruz, 1995, p. 230).

Em relação às fricções entre os empresários e o governo Geisel, Sebastião Velasco e Cruz (1995) rebate a interpretação de Luís Carlos Bresser-Pereira, que arguia que a campanha contra a estatização e a defesa da democracia foram dois fenômenos contíguos. Nesse sentido, Bresser-Pereira explana que, em longo prazo, a burguesia não via vantagem na estatização e, para contrapor isso, a única justificativa *ideológica* foi invocar a necessidade da democracia (*apud* Cruz, 1995, p. 237). Nesse argumento estão destacados dois elementos que os autores aqui elencados aprofundam desde uma perspectiva crítica: a questão acerca da continuidade entre as duas mobilizações – contra a estatização e em prol da “democracia” – e a defesa deste último item em termos tão somente ideológicos.

Como bem destaca Adriano Codato (1995), a campanha contra a estatização e a crítica empresarial ao regime não são fenômenos contínuos e tampouco idênticos. A despeito das inúmeras idiosincrasias que distinguem os dois processos, pode-se destacar, como um dos principais, o fato de o movimento de 1976 não ter como componente elementar o questionamento do regime político então vigente (Codato, 1995, p. 247).

Já em relação à justificativa ideológica acerca do posicionamento dos empresários, Cruz (1995) adota perspectiva diversa, analisando, para isso, de forma sistemática, a conjuntura e as declarações de diferentes empresários do ramo industrial. O autor vai salientando uma série de fatos *políticos* e *econômicos* que explicitam as gradativas fricções entre os interesses materiais do empresariado industrial e as políticas do Estado. Ele demonstra, portanto, que o elemento ideológico que permeou o conjunto de mobilizações empresariais em contraposição ao governo estava, *a priori*, calcado em questões objetivas e concretas atinentes à dinâmica política e acumulativa dessas frações de classe (Cruz, 1995, pp. 237-275).

No que concerne ao plano econômico, essas divergências podem ser notadas em situações como o aumento estatal do controle dos preços sobre produtos industrializados. Destacam-se, ainda, as queixas dos industriais em relação ao cenário de incerteza frente às políticas vindouras. Isso se dava, dentre outras coisas, pela falta de unidade entre os ministros da Fazenda (Mário Henrique Simonsen), Planejamento (Reis Veloso) e da Indústria e Comércio (Severo Gomes). As queixas do empresariado nesse sentido se deram em fins de 1976, quando o governo anunciara que efetuariava medidas para desacelerar a economia, mas não dizia quais e como (Cruz, 1995, pp. 210-213).

Além disso, o autor expõe episódios de cunho político que demarcaram a contraposição de empresários de ramos expressivos da indústria frente às decisões do governo Geisel. Pode-se destacar, como caso emblemático, o desapontamento do empresariado paulista – mais especificamente do presidente da Fiesp à época, Theobaldo de Nigris – acerca da sucessão ao governo de São Paulo. Os empresários queriam que, em 1976, Delfim Netto assumisse o posto, o que não foi atendido pelo governo, que preferiu alocar Paulo Egydio de Moraes no cargo. Ademais, o modelo de distensão proposto por Geisel desde o início de sua gestão, além de ter intensificado as divergências dentre os próprios militares, teve certa ressonância no meio empresarial. Destaca-se a postura do empresário baiano Angelo Calmon de Sá e Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, que não apenas apoiavam os setores vinculados à linha dura, como eram a favor do AI-5 (Cruz, 1995, pp. 215-222; Codato, 1995, p. 253).

Esses e os demais aspectos econômicos e políticos levantados por Cruz (1995; 1997) nos auxiliam a compreender o complexo processo que levou, gradativamente, à contraposição do empresariado industrial frente aos intentos do governo e em relação ao próprio regime vigente. Um fenômeno que não foi coeso e nem linear, com diversos empresários atacando e reivindicando questões distintas ao longo do período 1975-1978.

Esses desconcertos entre a manutenção da acumulação de tais frações da classe dominante e as políticas vigentes encontraram respaldo mobilizador em torno do ideário do livre mercado, em 1977. É evidente que a adesão sistemática por parte de setores da burguesia aos pressupostos neoliberais, concomitante à estruturação de um projeto hegemônico neste sentido, só se consolidaria de fato após o acirramento da crise orgânica brasileira em conjunto à militância dos países centrais em torno dos princípios do Consenso de Washington, na década de 1990.

Contudo, como os projetos políticos não ocorrem por pura *imposição* da burguesia e das associações dos países centrais frente aos periféricos, a despeito do imenso poder de convencimento e coação por parte daqueles, os fatores aqui realçados indicam que o processo de neoliberalização brasileiro já encontrou certo terreno fértil para a sua proliferação. Outro estudo paradigmático que con-

tribui para esta assertiva é a tese de doutorado de Álvaro Bianchi (2004). O autor realça que, já na ditadura, havia fricções intracorporativas em relação às diretrizes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), demarcadas pela emergência de um bloco defensor do programa neoliberal, como as privatizações, as reformas da previdência e trabalhista, a liberalização dos mercados etc. Agenda esta que acabou sendo proeminente na entidade.

Esta seção buscou realçar um panorama genérico acerca da conformação do empresariado durante o governo Geisel, destacando fatores que impulsionaram a aproximação, afastamento e ruptura entre ambos os atores. Em um dos episódios de desgaste entre governo e os industriais, teve destaque a tônica do livre mercado, estando esta diretamente atrelada ao comprometimento real ou prospectivo da manutenção da acumulação dos empresários em questão.

Sendo um elemento de mobilização de uma fração da classe para contrapor as políticas do período final da ditadura, o princípio do livre mercado veio a se tornar proeminente a partir dos anos de 1990. Embora seja simplificador e minimalista estabelecer uma relação teleológica entre os dois tempos históricos a partir desse ideário, o episódio acende um alerta para que a caracterização de fatores eminentemente neoliberais no Brasil seja buscada em períodos anteriores à década de 1990.

Os próximos dois tópicos abordarão a situação de dois setores que não foram prioritários nos projetos governamentais de Ernesto Geisel – o setor bancário e a indústria automobilística –, mas que tiveram papel fundamental no apoio e conformação da ditadura. Pretende-se realçar a relação desses segmentos com outras dinâmicas que se tornariam centrais para a estruturação do neoliberalismo no país, quais sejam, as *finanças* e a centralidade acumulativa via dívida pública.

### **Apontamentos acerca das *finanças* e os empresários na ditadura: os casos do conglomerado e da indústria automotiva**

Com o intuito de analisar os motivos principais que implicaram a desestruturação das empresas estatais brasileiras, fenômeno este que fortaleceu os projetos de privatização a partir do processo de neoliberalização no país, Monica Piccolo Almeida (2014) recorre ao período ditatorial – mais especificamente a partir do governo Geisel – para identificar uma das fontes desse processo. Segundo a autora, diferentemente da retórica dos enaltecedores da privatização, a crise das empresas públicas não se deu por conta dos altos encargos com o funcionalismo público, da ineficiência de seus serviços ou dos prejuízos de sua manutenção pelo Estado. Ao analisar esse processo empiricamente, a autora explana que o ponto central dessa crise está, na verdade, atrelado à mobilização das estatais na contração de empréstimos estrangeiros, sendo estas desgastadas delibera-

mente ao serem utilizadas como ferramenta de controle inflacionário (Almeida MP, 2014, p. 386).

Além das privatizações, outro elemento que costuma corporificar as experiências neoliberais é a ascensão das dinâmicas financeiras no seio das políticas estatais<sup>7</sup>. Como ressaltou Paul Sweezy (1994, p. 8), diferentemente das grandes crises anteriores (décadas de 1870 e 1930), as vicissitudes oriundas do choque do petróleo implicaram o fato de as atividades financeiras terem a sua rentabilidade intensificada principalmente por conta da estagnação. A superestrutura financeira emergiu, nesse período, de modo a firmar sua expansão em descompasso com a economia real, acarretando a inserção das grandes corporações nessa lógica, além de centralizar esse nexu acumulativo nos poderes político e econômico (Sweezy, 1994, pp. 8-9).

No Brasil, as atividades financeiras só auferiram precedência frente aos demais ramos da burguesia a partir do processo de neoliberalização dos anos de 1990. A consolidação do Plano Real teve papel central neste sentido. Sob a retórica de contenção inflacionária e estabilidade monetária, o Plano escamoteou o propósito de conceder às frações financeiras uma posição privilegiada em relação aos demais atores econômicos (Varaschin, 2018).

Assim como as privatizações<sup>8</sup> e a desestruturação das empresas estatais brasileiras não foram fenômenos exclusivos dos anos de 1990 – como exposto no início desta seção –, os próximos dois tópicos tentarão realçar outra dinâmica cara ao período neoliberal, mas que já tinha certa relevância durante o governo Geisel, qual seja, a relação entre classes dominantes e as finanças. Através dos casos do projeto de conglomerado e da dinâmica do setor automobilístico durante o regime, procurar-se-á realçar a conexão destes segmentos da burguesia com os ativos e títulos da dívida pública.

### **Os bancos e o projeto de conglomerado na ditadura**

Os banqueiros tiveram participação em ocasiões-chave na ditadura empresarial-militar, como o apoio e formulação do golpe em 1964, forte influência

<sup>7</sup> As privatizações no Brasil, inclusive, costumaram ter um caráter financeirizado, uma vez que as empresas submetidas a esse processo usualmente passaram a conformar grupos econômicos. Esse formato de empresa costuma caracterizar-se como Sociedades Anônimas, com capital aberto em bolsas de valores, conformando uma distinção entre controle e gestão da propriedade, que acirra a centralização de capitais e a exploração da força de trabalho. Sobre o neoliberalismo e as mudanças na estruturação das empresas, ver: Duménil; Lévy (2010).

<sup>8</sup> No período ditatorial, sobretudo durante o governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), empresas de ramos relevantes foram privatizadas. Amparado pelo Programa Nacional de Desburocratização (PND), foram desestatizadas empresas do ramo de papel e celulose (Rio Grande Cia. de Celulose do Sul, Florestal Rio Cell, indústria Brasileira de Papel – Indrapel), têxtil (Cia. América Fabril, Fábrica de Tecidos Dona Isabel, Fiação e Tecelagem Lutfala), siderurgia (Nitriflex SA, Cia. Bras. de Cimento Portland Perus), energético (Força e Luz Criciúma SA), dentre outras (Almeida MP, 2014).

na delimitação das políticas econômicas e suporte à Operação Bandeirantes<sup>9</sup> (Oban). Ao longo do regime, diversas medidas foram consolidadas de modo a garantir os interesses dessa fração da burguesia.

No governo Castelo Branco, o ministro da Fazenda, Octávio Gouveia de Bulhões, organizou uma comissão composta por banqueiros e diversos membros do IPES para elaborar a nova proposta de reforma bancária. Em um contexto de cassação de mandatos na Câmara e fortalecimento dos banqueiros por conta das intervenções nos sindicatos, a reforma foi aprovada em 31 de dezembro de 1964, após algumas alterações no Senado. O projeto transformou a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) em Banco Central, instituiu o Conselho Monetário Nacional (CMN) como órgão normativo de cúpula do sistema e controlou a participação estrangeira nos bancos (Minella, 2018, pp. 105-106).

Nesse período, os bancos comerciais eram tidos como ineficazes, sobretudo pelo fato de terem aberto muitas agências no período anterior, o que acarretou alto nível de ineficiência devido aos elevados custos operacionais. Esses elementos marginalizaram os bancos comerciais da estratégia do Plano de Ação Governamental do Governo (PAEG). No entanto, o setor começou a ter papel mais estratégico a partir da inflexão econômica capitaneada por Delfim Netto (Macarini, 2007, pp. 346-347).

Após o programa de estabilização do governo Castelo Branco e a intensa inserção de capital estrangeiro no país, os governos subsequentes passaram a priorizar a empresa de origem nacional. Delfim Netto, que assumiu a pasta da Fazenda de 1967 a 1974, teve papel central na delimitação do projeto econômico durante os governos Costa e Silva e Emílio Médici. O então ministro tinha estreitos laços com o empresariado industrial, sobretudo o de origem paulista, sendo o organizador dos interesses dessa fração de classe, como realça Ary Minella (2018). Por outro lado, Delfim teve uma relação um tanto quanto conturbada com o sistema financeiro, pelo menos nos primeiros anos de sua gestão (Minella, 2018, pp. 115-120).

Considerando as altas taxas de juros como entrave à política de estímulo aos segmentos industriais, o governo tentou, sem sucesso, convencer os banqueiros a aceitarem a redução da taxa. Entre 1967 e 1969, houve medidas efetivas de redução dos juros por parte do Banco Central, tendo como primeira ação a Resolução 79, o que, evidentemente, desagradou o sistema financeiro. Nesse tocante, as divergências entre os banqueiros e o governo foram abrandadas a partir de 1970. O Banco Central rebaixava os juros para ampliar o crédito e, por outro

<sup>9</sup> Como realça o relatório da Comissão Nacional da Verdade, elaborado por Demian Melo (2014), em um banquete organizado pelo então ministro Delfim Netto, no Clube São Paulo, cada um dos banqueiros presentes doou um montante de US\$ 110 mil para incrementar o caixa da Oban. Dentre os banqueiros presentes, podem-se destacar Amador Aguiar (Bradesco) e Gastão Eduardo de Bueno Vidigal (Banco Mercantil de São Paulo) (Melo, 2014).

lado, estabelecia uma série de concessões aos banqueiros, como, por exemplo, a redução do depósito compulsório de 27% para 25%, utilização deste depósito para participação em pequenas e médias empresas etc. (Minella, 2018, pp. 117-118).

O período ditatorial foi também demarcado pela intensificação do processo de centralização-concentração<sup>10</sup> bancária. Ary Minella (2018) ressalta que havia, em 1960, 358 bancos, sendo 350 nacionais (estatais e privados) e oito estrangeiros. Já em 1980, eram 94 bancos nacionais e os estrangeiros ampliaram para 17. Esse caráter do regime teve o período de maior acirramento entre os anos de 1967 a 1973, sendo os bancos privados de origem local os que mais se reduziram. É válido ressaltar que esse processo contou com forte auxílio do Estado, que instituiu políticas de favorecimento e concedia estímulos fiscais às fusões e às incorporações. Uma medida relevante em relação a essa temática foi o impedimento da instalação de novas agências bancárias por parte do Banco Central, em março de 1970, que implicou o aumento da centralização-concentração do setor (Minella, 2018, pp. 120-124).

O caráter concentrado e centralizado do sistema bancário pós-1967 desencadeou um movimento de crescente expansão tentacular do capital bancário, mas apenas para áreas correlatas. O setor em que o capital bancário se expandiu mais rapidamente foi o crédito direto ao consumidor, reservado às financeiras. A retomada do crescimento e ampliação na produção de bens de consumo duráveis, sobretudo automóveis, intensificou as atividades dos bancos comerciais para essa área, de crédito direto ao consumidor (CDC) (Macarini, 2007, pp. 355-357).

Entretanto, para além desse espraiamento das atividades bancárias para setores correlatos, José Macarini (2007, p. 361) expõe um projeto deliberado, e pouco estudado, de instituição de políticas e estímulos com o intuito de fomentar a participação dos bancos privados em atividades produtivas, ou seja, consolidar conglomerados. Foram diversos os esforços para garantir esse intento. Delfim Netto, assim como o presidente do Banco do Brasil, Nestor Jost, e o ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, proferiram declarações, em suas diversas reuniões com os banqueiros, a fim de fomentar o projeto de conglomerado, sendo este encabeçado pelos bancos privados (Macarini, 2007, pp. 361-362).

Afora os esforços discursivos, diversos dispositivos de incentivo aos conglomerados foram postos em voga. Pode-se destacar a Resolução 178, de março de 1971, que autorizou os bancos de investimento a aumentarem suas aplicações em bens de ativo fixo. Ou a Resolução 184, de maio de 1971, que estabeleceu

<sup>10</sup> Em linhas gerais, pela chave marxista, concentração de capitais consiste em um processo natural da acumulação, permeado pela elevação da escala de produção em que o capital se realiza. Já a *centralização* se refere à alteração da distribuição dos capitais existentes, em um processo em que um capital expropria o outro, transformando muitos capitais pequenos em poucos grandes (Braverman, 1987, p. 210).

diversos dispositivos, como a redução de 0,5% do depósito compulsório com obrigatoriedade de alocar o excedente em ações; a manutenção da aplicação desses títulos por, pelo menos, dois anos; dentre outras diretivas (Macarini, 2007, pp. 364-366).

Os agentes de maior dimensão do setor bancário, no entanto, não acata-ram o projeto governamental de criação de conglomerados. Destaca-se a fala de Ruy de Castro Magalhães, do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais:

Eu talvez não compreendesse que o conglomerado bancário se compusesse também de empresas industriais. O conglomerado pode existir, mas em termos de especialização financeira [...]. Eventualmente a gente recebe ações que significam o controle de uma indústria, mas não para conservá-las. É risco que banco nenhum pode correr (*apud* Macarini, 2007, p. 367).

José Macarini (2007) evidencia duas hipóteses que ele considera pertinentes para a compreensão da não aderência dos banqueiros ao projeto de conglomerado. A primeira delas está atrelada à Resolução 63, que permitiu que os bancos públicos absorvessem empréstimos no exterior para repassar aos tomadores nacionais. Na perspectiva do autor, essas operações tinham considerável taxa de rentabilidade para os bancos privados e eram mais seguras do que o risco de se investir no plano industrial.

A outra hipótese está vinculada ao incremento da dívida do Estado. Macarini (2007) realça que, a partir de 1973, a intensificação da inflação gerava considerável rentabilidade em curto prazo, através do “dinheiro financeiro”, sendo essas atividades mais vantajosas que os possíveis investimentos em conglomerados (Macarini, 2007, pp. 367-368). É válido ressaltar, ainda, que, durante a ditadura, o endividamento interno aumentou consideravelmente. Abarcando apenas o período de 1970 a 1973, o endividamento total passou de 9,8 bilhões para 33,4 bilhões (Minella, 2018, p. 124), o que certamente dinamizou a rentabilidade dos bancos.

Os aspectos aqui realçados evidenciam, portanto, a estreita relação do sistema bancário brasileiro com o regime ditatorial, bem como o respaldo de seus intentos através das políticas estatais, sendo a centralização e concentração de capitais uma das principais consequências para o segmento. Além disso, a tentativa governamental de consolidar conglomerados encabeçados pelos bancos comerciais privados não vingou. Um dos entraves principais a este último fator, como conjectura José Macarini (2007, p. 368), foi a alta rentabilidade que o segmento obtinha através dos rendimentos financeiros, que se valorizavam por conta da intensificação dos dispositivos de combate à inflação. A conformação estrutural que garante a reprodução do capital fictício de modo a arrefecer a eco-



nomia real, episódio tão marcante nos anos de 1990, já se manifestava de forma relativamente diligente no período ditatorial. A próxima seção estabelecerá uma breve análise sobre essa dinâmica financeira e o setor automobilístico durante o governo de Ernesto Geisel.

### **O setor automobilístico, as *finanças* e o governo de Ernesto Geisel**

Como ficou evidente na primeira parte do trabalho, a área de atuação dos setores empresariais na ditadura era delimitada conforme seu capital de origem. Em linhas gerais, o setor de insumos básicos ficava na alçada das empresas estatais, ao passo que a indústria de bens de capital estava sob responsabilidade do grande capital privado de origem local, ficando o segmento de bens de consumo duráveis sobre controle predominantemente estrangeiro.

Como aqui já exposto, os primeiros anos da ditadura foram demarcados pela proeminência do capital estrangeiro, estimulando um processo que concentrou a produção de automóveis em empresas oriundas dos países centrais. A deflagração do golpe de 1964 e a implementação do PAEG alocou esse ramo de produção para a alçada das multinacionais, encetando uma série de desnacionalizações e, até mesmo, desestatização, como foi o caso da Fábrica Nacional de Motores<sup>11</sup> (FNM), vendida para a italiana Alfa Romeo (Almeida MWZ, 2014, p. 306).

Na década de 1970, após o processo de aquisições e desnacionalizações, a produção do setor ficou concentrada em um pequeno número de montadoras<sup>12</sup>. A emergência do bloco capitaneado pela indústria de bens de produção, de origem local, a partir do governo Ernesto Geisel, marginalizou o segmento automobilístico do cerne dos investimentos e da formulação das políticas estatais.

Essa exclusão do setor automotivo das políticas de desenvolvimento do período fica evidente ao analisar-se a participação desse segmento na porcentagem de projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). Considerando a totalidade de investimentos do Conselho aprovados entre 1973 e 1977, o setor de bens de capital teve um aumento de 5% para 18% de representação nesses proventos, ao passo que o segmento de insumos básicos passou de 43,7% para 73,7%. A participação da indústria automobilística e dos bens de consumo teve queda de 30% e 20,8% para 5,5% e 2,6%, respectivamente (Lessa, 1988, p. 152).

Carlos Lessa (1988) realça, no entanto, que essa exclusão das indústrias de automóvel do cerne das políticas de desenvolvimento não representou um abalo

<sup>11</sup> A Fábrica Nacional de Motores (FNM) foi uma estatal criada para fornecer motores para aviões na Segunda Guerra Mundial e tornou-se uma grande produtora de caminhões pesados a partir de 1945. Antes de sua privatização, nos anos de 1960, a empresa obtinha 90% dos seus componentes nacionalizados, um grande complexo industrial em Xerém (RJ) e fornecia peças de reposição para outras empresas, como a General Motors e a Willys (Almeida MWZ, 2014, p. 306).

<sup>12</sup> Ford, Volkswagen, Fiat e General Motors passaram a ser as maiores, dominando grande parte do mercado automobilístico brasileiro.

na rentabilidade de seus negócios. De forma diversa e aparentemente paradoxal, as atividades do setor e sua marginalização acarretaram consequências positivas para o ramo (Lessa, 1988, pp. 153-154).

Esse fenômeno se deu pois, de 1968 até 1973, houve intenso fomento à indústria de consumo de bens duráveis, logo, esse setor do empresariado já possuía amplas margens de capacidade disponível em relação aos demais níveis de produção à época. Além disso, a barreira à entrada de possíveis competidores efetuada pelo II PND garantiu a manutenção dos proventos dos oligopólios do ramo automotivo brasileiro (Lessa, 1988, p. 153).

De fato, a indústria automotiva estava longe de estagnar. Entre 1974 e 1979, o setor elevou sua produção de 905.920 para 1.127.966 unidades. No mesmo período, seu faturamento partiu de US\$ 9.730 milhões para US\$ 10.920 milhões (Luedemann, 2003, p. 316).

É pertinente destacar, ainda, que, em resposta ao primeiro choque do petróleo, o governo decidiu instituir o Proálcool, a fim de diminuir o déficit na balança comercial. Em 1979, a assinatura do protocolo de intenções das montadoras com o governo para produzir veículos movidos a álcool, concomitante ao subsídio a esse combustível, aumentou a demanda por automóveis, o que conformou uma importante medida governamental de incentivo a esse segmento (Luedemann, 2003, p. 116).

Com tamanha rentabilidade, havia grandes impeditivos estatais para que as empresas automotivas realocassem tais proventos, uma vez que o II PND obstava as empresas estrangeiras de atuar nas áreas tidas como preferenciais (insumos básicos e indústria de base). Esses excedentes também não iam para o exterior e nem eram direcionados a outras áreas não prioritárias (Lessa, 1988, pp. 156-157).

Ao estabelecer análise mais acurada, o autor percebeu que parcela relevante dos lucros auferidos pelos setores não prioritários, como o setor automotivo, era direcionada na compra de ativos financeiros, como títulos de crédito, aplicações no *open market* etc. A remuneração era tão alta como em poucos lugares, uma vez que as taxas de juros se mantinham sempre acima da média internacional, com o intuito de atrair os tomadores no mercado estrangeiro e refinar a dívida externa. Ao analisar 49 balanços de grandes empresas, sendo 31 de origem estrangeira e 8 nacionais, o autor verificou que apenas 10 tiveram lucro operacional superior aos lucros não operacionais (Lessa, 1980, pp. 157-158).

Esse *locus* de acumulação, que se tornou preferencial para muitos segmentos juridicamente atrelados ao setor de serviço ou de produção nas últimas três décadas<sup>13</sup>, já tinha relevância no período da ditadura. O que torna esse processo

<sup>13</sup> Caso emblemático nesse sentido foram as organizações Globo, que só não obtiveram déficit em seu balanço contábil em 2017 e 2018 devido às suas aplicações financeiras (Castro, 2019). Pode-se ressaltar também o grupo Votorantim, que em 2018 teve maior resultado líquido com seu banco (R\$ 582,2 milhões) do que com seus segmentos de cimento (R\$ -619,6 milhões) e siderurgia (R\$ 171,2 milhões), como elenca a lista das maiores empresas brasileiras (AS, 2018).

ainda mais intrigante é o fato de esse setor produtivo (bens de consumo duráveis), que esteve vinculado à dinâmica financeira já nos anos de 1970 – aparentemente de forma estrita –, ser justamente aquele de origem estrangeira. Extrapolando um pouco os limites prospectivos, não parece casual o fato de a crise da ditadura e a posterior ascensão do neoliberalismo no Brasil virem atreladas a uma forte retórica de abertura comercial, conjugada às altas remunerações dos rendimentos financeiros. Uma das raízes desse processo parece ser mais longínqua do que parece.

### Considerações finais

Através de um levantamento bibliográfico, este estudo visou realçar a relação do empresariado na ditadura com elementos que não eram proeminentes neste período, mas que viriam se tornar centrais a partir da liberalização dos anos de 1990. Nesse sentido, buscou-se analisar, na primeira seção, a mobilização da concepção de livre iniciativa em um dos episódios que demarcou o desgaste entre os industriais e o governo Geisel. Ademais, foi realçado, nos capítulos subsequentes, o peso das *finanças* no projeto de conglomerado levado a cabo pelo governo e na estratégia de acumulação da indústria automotiva durante o regime.

Em suma, buscou-se fornecer subsídios que auxiliem a preencher a hipótese de que o livre mercado e, sobretudo, as *finanças* – elementos caros ao período neoliberal –, já tinham certa relevância no desempenho do empresariado na época da ditadura. As dinâmicas financeiras, ainda que não sejam a causa única, contribuíram tanto para entrar o projeto de conglomerado, quanto para garantir a manutenção de parte da acumulação de um dos setores produtivos mais rentáveis da economia brasileira na ocasião<sup>14</sup>, a indústria automotiva.

O levantamento de tais argumentos, no entanto, não consiste em afirmar que a forma política ditatorial do período esteve atrelada a um sistema neoliberal escrupulosamente consolidado no país. De forma diversa, este estudo tende a concordar com as análises que concebem o interregno 1930-1980 como um composto econômico demarcado pelo modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI). Isto significa que o sistema de acumulação desse intervalo temporal, a despeito das idiosincrasias de suas fases distintas, foi demarcado por esforços estatais no intuito de internalizar a produção de bens manufaturados e arrefecer os déficits no balanço de pagamentos através do fortalecimento das indústrias atuantes no país (Saad-Filho; Morais, pp. 38-39). Essa configuração foi suplantada com a consolidação do neoliberalismo enquanto programa de governo, na década de 1990.

<sup>14</sup> O complexo automobilístico no começo da década de 1970 representava 10% do PIB brasileiro (Silva, 2014).

Por outro lado, os breves estudos de caso aqui dirigidos de forma ensaística podem fornecer subsídios para algumas características acerca da interpretação do período aqui abordado. Assim, acreditamos trazer aportes para o fortalecimento das seguintes assertivas: (i) o processo de neoliberalização não foi um fenômeno repentino que se instaurou no Brasil de forma súbita tão somente em resposta à crise da dívida dos anos de 1980; (ii) embora seja incontestado a função fundamental desempenhada pela mobilização das classes dominantes dos países centrais e dos organismos internacionais para disciplinar e coagir os países da periferia a aderirem ao receituário liberalizante, havia fatores de caráter endógeno que confluíram para a validação desse processo; (iii) por fim, os elementos formuladores do neoliberalismo não foram eminentemente antitéticos às formas políticas autoritárias do país.

A corroboração das hipóteses aqui aventadas ainda carece de rigor analítico mais acurado, de forma a analisar mais detidamente as relações entre o Estado, as classes dominantes, os fatores específicos que caracterizaram o neoliberalismo no país e na região, a situação econômica e política à época etc., incompatíveis com o formato e proposta desse texto. Porém, as contribuições aqui empenhadas buscaram evidenciar mais um dos diversos pontos que revelam a relação orgânica entre empresariado, Estado e ditadura, na tentativa de trazer um caráter processual e uma breve contribuição para uma leitura de longo prazo do neoliberalismo no Brasil.

### Referências

- ALMEIDA, Michel W. Z. “Indústria automobilística e poder: uma breve análise dos casos FNM e IBAP”, *Revista Acervo*. v. 27, n.1, jan-jun. 2014.
- ALMEIDA, Monica Piccolo. “A reestruturação do setor público brasileiro rumo às privatizações dos anos de 1990”, *Revista Anos 90*. v. 21, n. 39, 2014, pp. 363-397.
- AS 1000 maiores empresas de 2018. *Valor*, São Paulo: 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/valor1000/2018>>. Acesso em 26/06/2020.
- BANDEIRA, Moniz. *Carteis e desnacionalização: a experiência brasileira, 1964-1974*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- BIANCHI, Álvaro. *O Ministério dos Industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 2004.
- BORTONE, Elaine. *O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura civil-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica*. Tese de doutorado em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.
- BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Abdib e a política industrial do governo Geisel (1974-1979)*. Texto de discussão apresentado ao Polis. Niterói: UFF, 2007.

- BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Ajuste neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)*. Tese de doutorado em História Social. Niterói: UFF, 2013.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Eduff, 2014.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “Empresariado e ditadura no Brasil: o estado atual da questão e o caso dos empreiteiros de obras públicas”, *Revista Transversos*. n. 12, 2018, pp. 335-358.
- CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CASTRO, Daniel. *Globo gasta R\$ 8,3 bilhões para fazer TV, mas ganha dinheiro é com juros*. Disponível em: <<http://twixar.me/N0Lm>>. Acesso em 23/06/2020.
- CODATO, Adriano. *Estrutura política e interesse de classe: uma análise do sistema estatal pós-64 – o caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 1995.
- CODATO, Adriano. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CHESNAIS, François. “A proeminência da finança no seio do ‘capital em geral’, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital”. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.
- CRUZ, Sebastião Velasco e. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas/São Paulo: EdUnicamp/Fapesp, 1995.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e. “Estado e Planejamento no Brasil: 1974/1976”. In: CRUZ, Sebastião C. Velasco e. *O presente como história: economia e política no Brasil pós-64*. Campinas: Unicamp, 1997.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. “A finança capitalista: relações de produção e relações de classe”. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.
- FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso*. Brasília: FUNCEP, 1988.
- LUEDEMANN, Marta da Silveira. *Transformações na indústria brasileira mundial: o caso do complexo automotivo no Brasil – 1990-2002*. Tese de doutorado em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2003.

- MACARINI, José Pedro. “A política bancária do regime militar: o projeto de conglomerado (1967-1973)”, *Economia e Sociedade* (Unicamp). v. 16, 2007, pp. 343-369.
- MELO, Demian Bezerra de. “Civis que colaboraram com a ditadura”. In: BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Vol. II. Brasília: CNV, 2014.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. “O Estado ampliado como ferramenta metodológica”, *Marx e o Marxismo*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jan-jul. 2014.
- MINELLA, Ary Cesar. “Bancos e banqueiros durante os ‘anos de chumbo’”. In: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; MARTINS, Monica de Souza Nunes. *Política Econômica nos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- RAMÍREZ, Hernán. “Neoliberalismo e (neo)autoritarismo: uma perspectiva de longo prazo a partir de casos do Cone Sul da América Latina”. In: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. *Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo libero-conservador*. Sobral: Sertão Cult, 2020.
- REGINATTO, Ana Carolina. *A ditadura empresarial-militar e as mineradoras: as relações entre os grandes grupos econômicos da mineração e o regime ditatorial brasileiro (1964-1988)*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.
- SILVA, Flávia. “Breves notas sobre o processo de internacionalização da Petrobrás (1971-1979)”. In: *Anais do Congresso da ABPHE*. Niterói: UFF, 2014.
- SILVA, Mariene Valadares da. “Políticas industriais e interesses empresariais: o II PND (1974-1979)”. In: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de empresas*. Caxambu: Unincor, 2003.
- SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SWEEZY, P. “The triumph of financial capital”, *Monthly Review*. v. 46, n. 2, jun. 1994.
- VARASCHIN, Jorge A. “A. ideologia em estado puro: juros e inflação para além da aparência neoclássica”, *Revista de Economia Política*. v. 38, n. 1, jan-mar. 2018.

Recebido em 24 de agosto de 2020  
Aprovado em 11 de novembro de 2020